



## IMIGRANTES NOS EUA

# 532 mil correm o risco de deportação

Suprema Corte, de maioria conservadora, autoriza o governo Trump a revogar o status legal concedido a cidadãos de Cuba, Haiti, Nicarágua e Venezuela pelo democrata Joe Biden. Decisão é temporária e será apreciada por tribunal de apelação

» RODRIGO CRAVEIRO

A Suprema Corte dos Estados Unidos permitiu que o governo do presidente Donald Trump leve adiante o plano de revogar o status legal de 532 mil imigrantes de Cuba, Haiti, Nicarágua e Venezuela. Esses estrangeiros contam com permissão de permanência temporária nos Estados Unidos — conhecida como “parole”. Apesar da decisão da máxima instância judicial do país, de maioria conservadora, a autorização tem caráter temporário, até que o caso seja avaliado por uma corte de apelação.

O status legal desses imigrantes foi concedido pelo então presidente democrata, Joe Biden, no âmbito do programa CHNV — uma referência às iniciais das quatro nações. Em outubro de 2022, a medida beneficiava apenas os venezuelanos, afetados pela grave crise socioeconômica e pela ditadura de Nicolás Maduro. Três meses depois, passou a incluir imigrantes de Cuba, Haiti

e Nicarágua — este último país também governado com mão-de-ferro por Daniel Ortega.

Dos nove juízes da Suprema Corte, seis conservadores e três liberais, houve discordância apenas dos progressistas Ketanji Brown Jackson e Sonia Sotomayor. “(A medida) exige quase nada do governo em relação a danos irreparáveis. Também subestima as consequências devastadoras de permitir que o governo destrua precipitadamente as vidas e os meios de subsistência de quase meio milhão de não cidadãos, enquanto seus processos judiciais estão pendentes”, escreveu Jackson, seguida por Sotomayor. “É evidente que o governo busca uma suspensão que lhe permita infligir o máximo de dano antes da decisão.”

As duas magistradas progressistas advertiram que essas 532 mil pessoas enfrentarão duas escolhas “insuportáveis”. “Por um lado, podem optar por abandonar os EUA e, desse modo, enfrentar os perigos em

seus países de origem e sofrer uma separação familiar”, alertaram. “Por outro lado, poderiam ficar nos EUA e correrem o risco de expulsão iminente nas mãos de agentes do governo, com as graves consequências que isso representa.”

Em abril passado, Trump pediu à Suprema Corte que suspendesse uma ordem de uma magistrada de Massachusetts que impossibilitava a revogação do status legal dos imigrantes desses quatro países. Um mês depois, a Justiça acatou a solicitação.

### “Mau presságio”

Historiador político da American University (em Washington), Allan Lichtman classificou a medida tomada pela Suprema Corte com surpresa. “Não haveria mal algum em suspender a ordem de revogação. Mas há um grande mal em permitir que a revogação continue, enquanto o caso estiver em andamento”, afirmou ao **Correio**. “A decisão da Suprema Corte é um mau presságio

Nicholas J. De La Pena/Departamento de Defesa/AFP



para todos os imigrantes que gozam de algum tipo de proteção legal nos Estados Unidos.”

Segundo a emissora CNN, o “perdão” a imigrantes não

documentados vigora desde a década de 1950 e se baseia em razões humanitárias, como perseguições e guerras. Os imigrantes beneficiados pelo

programa podem viver e trabalhar nos Estados Unidos por dois anos, sem sofrerem o risco de deportação, pois possuem status legal temporário.

## FAIXA DE GAZA

# Palestinos entre a fome e a ameaça de força total

“A Faixa de Gaza é o local mais faminto da Terra”, assegurou ao **Correio**, por meio do WhatsApp, Jens Laerke, porta-voz do Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários da Organização das Nações Unidas (OCHA) em Genebra. De acordo com ele, a IPC (Classificação Integrada de Fases de Segurança Alimentar) — referência global para análise de crises alimentares e nutricionais — estabelece que toda a população de Gaza (2 milhões de palestinos) enfrentam “risco crítico de fome, depois de 19 meses de conflito, deslocamento em massa e bloqueio à ajuda humanitária vital”. “Não há tempo a perder”, alertou.

Laerke garantiu que a OCHA e seus parceiros estão prontos para entregar a ajuda

humanitária aos palestinos necessitados, “onde quer que estejam”. “Precisamos, urgentemente, da reabertura de todas as passagens fronteiriças para Gaza, a fim de receber ajuda a partir de todos os corredores, incluindo Jordânia e Egito; de um ambiente seguro em Gaza, para que possamos alcançar as pessoas em segurança; e da habilidade de entregar alimentos diretamente às famílias”, explicou. “Não menos importante, que todas as partes respeitem o direito internacional e os princípios humanitários de humanidade, imparcialidade, independência e neutralidade.”

Segundo Laerke, dezenas de milhares de paletes de alimentos e outros itens essenciais estão

Bashar Taleb/AFP



Palestinos em local atingido por bombardeio, em Jabalia (centro)

prontos para entrar em Gaza. “A ajuda foi paga por doadores do mundo todo. Foi liberada na alfândega, aprovada e está pronta

para ser transportada. Podemos entregá-la imediatamente. Precisamos inundar Gaza com ajuda, e rapidamente”, comentou,

ao responsabilizar o bloqueio total imposto por Israel pela crise humanitária.

Apesar do alerta, feito pelo OCHA, o ministro da Segurança Nacional de Israel, Itamar Ben-Gvir, defendeu a aplicação de “força total” no território ocupado palestino. “Depois que o Hamas rejeitou a proposta de acordo mais uma vez, não há mais desculpas (...). É hora de entrar com toda a força necessária, sem hesitar, para destruir (...) o Hamas”, escreveu Ben Gvir, em mensagem enviada pelo Telegram ao primeiro-ministro Benjamin Netanyahu.

“Desde que o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu formou este último governo, há quase três anos, tenho repetido que seu governo é fascista e messiânico,

que fará de tudo para expulsar os palestinos e anexar gradualmente a maior parte, se não toda, da Cisjordânia e, eventualmente, Gaza”, afirmou ao **Correio** Alon Ben-Meir, professor de relações internacionais da Universidade de Nova York e especialista em Oriente Médio. “Para este governo, o ataque do Hamas, em 7 de outubro de 2023, foi uma dívida divina, que lhes deu a oportunidade de realizar o que tanto sonhavam”, acrescentou. Para ele, as declarações de Itamar Ben-Gvir não são uma surpresa. “No fim das contas, Israel pagará o preço pelo horror que se desenrola na Faixa de Gaza. Será apenas uma questão de quando”, advertiu. (**Rodrigo Craveiro**)

## Conexão diplomática



por Silvio Queiroz  
silvioqueiroz.df@gmail.com

# Duas táticas na relação com Trump

Segue a disputa de versões na queda de braço entre o STF e o governo dos EUA, que ensaia aplicar sanções ao ministro Alexandre de Moraes. Círculos próximos ao bolsonarismo apostam em medidas duras, como represália ao que denunciam como “perseguição política” ao ex-presidente e correligionários. Pelo lado governista, prevalece até aqui a solidariedade ao Supremo e a espera por anúncios oficiais que delimitem o alcance de eventuais medidas da parte norte-americana.

Em reação inicial, o Planalto instruiu o Itamaraty a dar uma resposta “firme e diplomática” às ameaças, sobretudo as atribuídas ao secretário de Estado, Marco Rubio, que mantém relações próximas com a família Bolsonaro. Publicamente, a linha seguida é rechaçar “ingerências externas” sobre a atuação de um três Poderes da República. Paralelamente, diplomatas brasileiros de alto

escalão iniciaram contatos com colegas dos EUA para conversações.

Como no episódio do tarifaço, o governo adota uma tática dupla enquanto segue tateando o terreno acidentado das relações com a Casa Branca de Donald Trump. Em quatro meses de mandato, o presidente norte-americano coleciona vaivéns nos temas críticos do cenário mundial. Além do comércio, dá passos erráticos também na guerra da Ucrânia e nos ataques de Israel aos palestinos em Gaza.

Enquanto continua mapeando a trajetória de Trump, de ouvidos atentos ao assessor especial Celso Amorim, Lula concentra sua intervenção na frente externa em duas linhas principais: a cúpula do Brics, em julho, no Rio, e a conferência ambiental COP30, em novembro, em Belém.

### Embaixador sombra

O outro pivô da crise entre o STF e

Washington é Eduardo Bolsonaro, que se licenciou do mandato na Câmara e se instalou nos EUA — alegando ser perseguido pelo ministro. Articulado com os círculos trumpistas desde a campanha que levou o magnata de volta à Casa Branca, o “filho 03” é apontado como o principal lobista em favor de punições a Moraes. Por essa razão, tornou-se objeto de inquérito da Polícia Federal, e também de manobras da área governista para que perca o mandato — sob a acusação de articular sanções externas contra o país.

Pela costura com Rubio e com a bancada republicana no Congresso, Eduardo ganhou o apelido de “embaixador sombra” — um representante oficioso do bolsonarismo em Washington. O “título” remete a uma tradição política britânica, em que conservadores e trabalhistas, quando na oposição, escalam uma equipe paralela de

governo, chamada de “gabinete sombra”, para fazer a marcação sobre o primeiro-ministro e seu time.

### Português claro

O dedo do “filho 03” é apontado como instrumental em mais um lance que alimenta as intrigas de bastidores na crise com os EUA. Na semana que se encerra, uma postagem de rede social, em conta vinculada ao Departamento de Estado, mandou recado em português, supostamente endereçado a Alexandre de Moraes. “Nenhum inimigo da liberdade de expressão dos americanos será perdoado”, diz o texto.

A conta em questão é da divisão do Departamento encarregada de Assuntos do Hemisfério Ocidental — as Américas.

### Próximo round

O mês que entra reserva outra ocasião em que as posições de Brasil e EUA estarão na vitrine, muito possivelmente

em campos opostos. A sede da ONU, em Nova York, vai sediar uma conferência internacional, convocada pela França e Arábia Saudita, para discutir passos concretos na direção de estabelecer o Estado palestino.

O movimento coincide com inflexões na política de importantes governos europeus para o Oriente Médio. Reino Unido e França, com mais ênfase, manifestam preocupação crescente com a retomada dos ataques israelenses e o bloqueio à ajuda humanitária para a Faixa de Gaza — em ambos os casos, com impacto dramático para a população civil.

O Brasil reconhece desde 2010 a soberania palestina sobre Gaza, a Cisjordânia e Jerusalém Oriental. A convite de Londres e Paris, deve copresidir com o Senegal um dos grupos de trabalho da conferência. O governo Trump tem se mantido ao lado de Israel, que se opõe ao Estado palestino, embora tenha feito reparos discretos à condução das operações militares pelo primeiro-ministro Benjamin Netanyahu.